

ESPORTE MODERNO E FABRICAÇÃO DO SUJEITO: PROCESSOS DISCIPLINARES, PROCESSOS REGULAMENTADORES

Rose Méri Santos da Silva¹

Paula Henning²

Resumo

O presente artigo é uma parada provisória em minha tese de doutorado e tem como objetivo problematizar o esporte moderno, tentando compreender como ele opera enquanto uma possibilidade de ligação entre a anátomo-política do corpo e uma biopolítica da população. Nele, colocar-se-á em ação determinadas ferramentas da genealogia, assumindo que sua composição se pauta em alguns pressupostos da obra de Michel Foucault. Dentro desse contexto passa-se a compreender o esporte enquanto um acontecimento contemporâneo, assim como se percebe no advento das políticas públicas de esporte, a operacionalização de dois conjuntos de mecanismos de poder, um disciplinar e o outro regulamentador.

Palavras Chaves: esporte, políticas públicas, biopolítica

Resumen

El presente artículo es una parada provisoria en mi tese de doctorado y tiene como objetivo problematizar el deporte moderno, intentando comprender cómo él se opera en cuanto una posibilidad de correspondencia entre anátomo-política del cuerpo y una biopolítica de la población, En el se pondrá en acción determinadas herramientas de la genealogía, asumiendo que su composición es pautada en algunos presupuestos de la obra de Michel Foucault. Dentro de ese contexto se pasa a comprender el deporte como un acontecimiento contemporáneo, así como se percibe en el advenio de las políticas públicas de deporte, la operacionalización de dos conjuntos de mecanismos de poder, un disciplinar y otro que reglamenta.

Palabras Clave: el deporte, la política pública, biopolítica

Abstract

This article is a temporary stop in my doctoral thesis, and it has as objective to problematize the modern sport, trying to comprehend how it works like a possibility of connection between the anatomical-political body and a biopolitics of the population. In it, I will put in action some specifics genealogy tools of Michel Foucault's opus. Within this context we understand the sport like a contemporary event, as we see the advent of public policy for sport, the operation of two sets of mechanisms of power, disciplinary and other regulatory one

Keywords: sport, public policy, biopolitics

¹ Doutoranda do PPG Educação e Ciência: química da vida e saúde
Professora de Educação Física de Ensino Médio, Técnico e Tecnológico do IFSulriograndense Pelotas - Campus Visconde da Graça - CAVG

² Doutora em Educação pela Unisinos/RS.
Pesquisadora e professora adjunta do Instituto de Educação e dos Programas de Pós-graduação em Educação Ambiental e Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande – FURG/RS.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo problematizar o esporte moderno, tentando compreender como ele opera enquanto uma possibilidade de ligação entre a anátomo-política do corpo e uma biopolítica da população³, inscrevendo-o como procedimento estratégico de poder em uma arte de governar que vigora no mundo contemporâneo. Saliento que o referido texto configura-se na demonstração de um momento, ou mesmo em uma parada provisória na trama constitutiva de minha tese de doutorado, na qual apresentei como objetivo problematizar as políticas públicas de esporte, mas nesse momento, voltar-me à temática do esporte moderno tornou-se uma das condições de possibilidades para poder compor esse emaranhado.

Saliento que estarei colocando em ação algumas ferramentas da genealogia para operar o referido empreendimento analítico, pois através delas é possível “manter o que se passou na dispersão que lhe é próprio: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós” (FOUCAULT, 1993, p 21). Sendo assim e por aceitar a sugestão de Machado (s/d, p. 18), quando coloca que “caminante no hay camino, se hace camino al caminar”, torna-se possível adentrar nos múltiplos desvios que vão se apresentando e que me permitem lançar um olhar tentando compreender como, em que contexto e quais os efeitos e verdades são geradas pelos esportes, tomado enquanto um acontecimento contemporâneo.

Faço isso na perspectiva de tentar entender e explorar o entrelaçado que integram esta proposta de investigação, que, à medida que se constrói e se desfaz, vai mostrando seus nós, seus entrecruzamentos e suas múltiplas possibilidades, fazendo-me parar para tentar conhecê-los na sua constituição, nos seus efeitos, enfim, em suas diversas faces.

Ressalto que não estou falando de uma perspectiva teórica qualquer, assim como não tenho a pretensão de trabalhar com verdades generalizantes e universais, ou seja, “vivemos uma época que corretamente renunciou à Teoria Unificada, uma época na qual nos damos conta de que a história (...) é composta de uma variedade de fragmentos e não de inteiros epistemológicos sem rachaduras ou imperfeições” (COHEN, 2000, p. 26). Sendo assim, sinto a necessidade de localizar e justificar a partir de qual campo teórico este trabalho está sendo desenvolvido, ou seja, o presente artigo se compôs utilizando-se, como norteador, de uma fundamentação teórica pautada nos pressupostos de Michel Foucault, mesmo reconhecendo em seus princípios um solo absolutamente instável e permeável. Mas, foi exatamente esse o meu encanto com o referido autor, pois sua teoria e seus fundamentos não se assumem enquanto instâncias acabadas, únicas e absolutas.

Nesse sentido, gostaria de realizar uma analogia ao movimento de um caleidoscópio⁴ gigante, objeto cuja invenção se deu na Inglaterra no início do século XIX e que se mantém ao longo do tempo com um encantamento sempre presente pelas

³ No decorrer do presente trabalho estarão sendo especificadas e detalhadas as expressões “anátomo-política do corpo e biopolítica da população”

⁴ Caleidoscópio é um aparelho [óptico](#) formado por um tubo de cartão ou de metal, com fragmentos de vidros coloridos que se refletem em pequenos espelhos inclinados, apresentando, a cada movimento, combinações variadas. (MICHAELIS, 2000, p.110)

infinitas possibilidades de formação de imagens, sensações ou efeitos produzidos a cada mexida, não se podendo jamais determinar a primeira peça, nem mesmo ter a pretensão de que as possibilidades de formação de novas imagens estejam esgotadas. É com esse princípio de tentar vislumbrar e compreender as diferentes imagens, possibilidades e efeitos possíveis nesta minha caminhada é que me proponho no presente artigo, inicialmente a problematizar o esporte enquanto um acontecimento moderno, para posteriormente adentrar na temática das políticas públicas de esporte especificamente.

ALGUMAS POSSIBILIDADES DE APROXIMAÇÕES COM A TEMÁTICA DO ESPORTE

O esporte constitui-se hoje em um das grandes expressões de interesses de públicos variados, que vão desde as rodas de conversas de grupos informais, com saberes populares, até focos de estudiosos de diferentes perspectivas teóricas fazendo sobre ele múltiplas abordagens, considerações, definições ou significações. Além disso, ele pode constituir-se como objeto de investimento de ações governamentais em diferentes âmbitos, sejam em nível de Estado, organizações não governamentais ou ainda da iniciativa privada.

Melo (2005, p. 67) afirma que “poucos fenômenos sociais têm tanta inserção na sociedade quanto os esportes. Dificilmente ficamos indiferentes às alterações que alguns eventos esportivos provocam em nosso cotidiano, como uma Copa do Mundo de Futebol ou os Jogos Olímpicos”. Tal afirmação pode ser ratificada ao observarmos que o Estado passa a assumir o esporte como uma prática estatal⁵, instituindo-o como um direito de todos os cidadãos brasileiros, através do parágrafo 217 na Constituição da República Federativa do Brasil, que afirma em seu Capítulo III, na Seção III : “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de um cada um” (BRASIL, 1988, p. 142).

Saliento que não pretendo abordar a temática do esporte como um fenômeno que se completa em si mesmo, ou seja, como uma instância absoluta, universalizante, sempre presente, a-histórica e a-temporal, mas, assumo tratá-lo enquanto um acontecimento que possui “seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais” (FOUCAULT, 2006, p. 57) e, assim sendo, deverá ser compreendido dentro de uma moldura, que se move, se desloca a partir das condições de possibilidade que operam, assim como de seus efeitos produzidos.

Para as considerações que serão feitas no presente artigo estarei me reportando especificamente ao esporte contemporâneo, que se difere dos jogos praticados na antiguidade, ou seja, “a partir de um exame mais profundo, não é difícil verificar que os concursos de jogos da Antiguidade Clássica, que são representados com frequência como paradigma do desporto possuía numerosas características importantes e progrediram sob condições que eram muito diferentes das que distinguem os nossos próprios concursos de jogos” (ELIAS, 1992, p. 195).

Ainda, segundo o mesmo autor, os “desportos que hoje são praticados, de maneira mais ou menos idêntica, por todo o mundo tiveram sua origem na Inglaterra (...), principalmente na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX”, sendo assim ele passa a ser aqui considerado como uma construção moderna,

⁵ Melo (2005, p. 72) aponta que essa relação mais sistemática entre Estado e esporte ocorre inicialmente no Governo Vargas e são intensificadas a partir do Estado Novo de 1937.

estando intimamente ligado às transformações sociais e especialmente vinculado à revolução industrial.

Trata-se de uma concepção de esporte entendida como um acontecimento contemporâneo vinculado a uma sociedade que está constantemente vivenciando uma modificação, um deslocamento, na sua arte de governar, ou mesmo, nas diferentes formas de gerenciar e controlar os sujeitos. Foucault localiza que até o século XVI vivia-se em uma sociedade caracterizada como de soberania, centrada em um soberano-monarca, pautada na relação entre soberano/súdito a partir do suplício. Nela, o direito de morte dos súditos garantia o direito de vida do soberano, sendo assim,

a teoria de soberania é vinculada a uma forma de poder que se exerce sobre a terra e os produtos da terra, muito mais do que sobre os corpos e sobre os que eles fazem (...) Ela permite fundamentar o poder em torno e a partir da existência física do soberano, e não dos sistemas contínuos e permanentes de vigilância (FOUCAULT, 2005, p. 43).

Posteriormente ocorre um processo de governamentalização do Estado ou estatização das formas de governo, em que a preocupação não é mais com o território, mas sim com as coisas a governar. Segundo Foucault (2005, p.42), “nos séculos XVII e XVIII ocorreu um fenômeno importante: o aparecimento – deveríamos dizer a invenção – de uma nova mecânica de poder (...) que incide primeiro sobre os corpos e sobre o que eles fazem, mais do que sobre a terra e sobre o seu produto”.

Para compreender esse fato o referido autor se reporta ao “direito de vida e de morte” enquanto fenômenos não naturais, imediatos, ou de certo modo originais, mas, políticos. Essa transformação é enfatizada não somente em nível da teoria política, todavia, mais especificamente, em relação aos mecanismos, às técnicas, às tecnologias de poder, que no séc. XVII e XVIII eram centradas essencialmente no corpo, no corpo individual, tentando potencializar sua força útil, ou seja, era uma tecnologia disciplinar do trabalho.

Segundo Ângelo (s/d, p.03), o “nascimento da revolução industrial na Europa demandava uma economia das ações e do tempo; para tanto, era preciso uma disciplinarização do corpo, no sentido de torná-lo dócil e apto ao sistema de produção”. Temos, nesse período histórico, uma potencialização das práticas esportivas em que podemos verificar o poder disciplinar atuando.

Tais procedimentos podem ser percebidos em operação, por exemplo, na grande atenção dedicada ao controle, ao disciplinamento dos corpos dos esportistas, que são considerados pelo detalhamento, pelo cuidado em cada gesto técnico, assim como pelo quadriculamento de cada indivíduo, ou seja, são corpos disciplinados, cuidados no seu detalhe, atentos a produção de corpos dóceis.

Toda modalidade esportiva é pautada pelo cumprimento de regras pela existência de técnicas, que devem ser minuciosamente cumpridas e aprimoradas através de exercícios, de treinamentos, assim como na existência de táticas, sejam elas individuais ou coletivas, específicas a cada esporte. Esses são alguns dos muitos elementos enfatizados como presentes e necessários à existência de qualquer esporte, sendo que o seu cumprimento torna-se indispensável para os praticantes, seja no sentido de uma melhora na performance individual ou na busca de atingir o pleno sucesso de sua equipe. Temos assim a procura constante por uma maior eficiência e produtividade, caracterizando o momento histórico vivido a partir do século XVIII.

Saliente-se aqui que o corpo sendo objeto de investimento de processos disciplinares já se fazia presente em épocas anteriores, mas nesse período há um diferencial, pois “não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*⁶, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitudes, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo” (FOUCAULT, 2008, p. 132). Segundo o mesmo autor, trata-se aqui de um “aumento das forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (...) Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (p. 134).

Temos então que um corpo esportivizado é um “corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil” (FOUCAULT, 2004, p. 117). Ainda, segundo o mesmo autor (2008 p.514), considera-se aqui um “corpo-máquina: seu adestramento, o aumento das suas aptidões, a extorsão de suas forças”, ou seja, é a “anátomo-política do corpo humano” (ibid), que visa não somente um aumento da eficiência de seus resultados, mas também o controle, o disciplinamento dos indivíduos e do grupo envolvido.

Já na segunda metade do século XVIII, surge outra tecnologia de poder, que existe em função da disciplinar, mas não a exclui, pois é de outra ordem, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. Sendo assim, ela embute, integra, modifica parcialmente a tecnologia disciplinar e se dirige ao homem espécie, afetada por processos de conjunto, de uma massa global e que são próprios da vida. Não mais somente ao homem corpo, ou seja, não se refere somente a uma anátomo-política do corpo humano, mas a uma “biopolítica” da espécie humana. (FOUCAULT, 2005, p. 285)

Foucault foi o pensador que utilizou pela primeira vez o termo biopolítica, em 1974, mas não foi ele seu inventor, pois sua origem se atribui ao sueco Rudolf Kyellen (CASTRO, 2005). Sendo assim, a biopolítica, operada em uma perspectiva foucaultiana, refere-se “a todo um conjunto de ações, saberes e estratégias que se efetivam sobre uma população e que objetivam promover e potencializar a vida humana”.

A biopolítica se exerce por meio de um tipo de poder “cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo” (FOUCAULT, 1999, p. 131), ou seja, trata-se de um biopoder. Mesmo reconhecendo que não estou tentando lançar uma teoria única e geral de poder, mas sim, na tentativa de caracterizar em qual sentido ele se produz, ressalto que o biopoder trata de um tipo de poder que atua sobre os indivíduos, mas não entendidos ou tomados na sua singularidade, como é o caso do poder disciplinar, mas sim enquanto membros de um conjunto ou coletividade a que se denomina população. Outro aspecto a ser ressaltado quanto a diferenciação em relação ao poder disciplinar é que esse age sobre um corpo-máquina (individualizado), enquanto o biopoder age sobre um corpo-espécie (população) (VEIGA-NETO, 2006, p.02) .

Destaque-se aqui não a invenção de um termo, mas a ênfase a uma nova dimensão do ser humano, ou seja, a população, entendida como uma massa global

⁶ Grifo do autor.

composta de inúmeras cabeças, se não infinita, pelo menos, necessariamente, mensurável, ou seja, surge assim a compreensão de um novo corpo: um corpo múltiplo (FOUCAULT, 2005, p. 292), ou mesmo, um grande corpo vivo que necessita de uma série de intervenções, de procedimentos no sentido de seu gerenciamento, ou seja, de seu governo⁷. Pode-se dizer, então, que a biopolítica entra em ação de modo a “garantir-lhes maior segurança, sobrevivência, natalidade, longevidade, saúde, felicidade etc.” (VEIGA-NETO, 2008, p. 02).

Tudo isso ocorreu em um período histórico em que se vivenciava uma espécie de inoperância da velha mecânica do poder de soberania para atender a sociedade que estava vivendo a um só tempo, uma explosão demográfica e uma potencialização do processo de industrialização. É nesse panorama que passam a atuar algumas estratégias ou dispositivos sobre os fenômenos globais ou de população. Temos então que já não importava apenas disciplinar as condutas individuais, mas, sobretudo, implantar um gerenciamento planejado da vida das populações. Assim, o que se produz por meio da atuação específica do biopoder não era mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas sim a própria segurança da vida da massa populacional.

Nesse contexto a temática da segurança é tida em relação a comportamentos individuais, mas tomados como parte de uma massa populacional. Segundo Foucault (2008, p. 28), ela é concebida aqui como um conjunto de elementos que vão procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de série deles, ou mesmo de instâncias possíveis, séries que vão ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável.

Sendo assim, vemos surgir, por parte do Governo⁸, uma série de ações, de estratégias, de intervenções, de dispositivos, implementados no sentido de uma potencialização de uma biopolítica, que tomam para si a responsabilidade de gerir, de produzir e organizar ações, sendo que especificamente neste artigo vou me deter nas práticas governamentais que se refere às temáticas de Esporte.

ADENTRANDO NO UNIVERSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE

Inicialmente gostaria de destacar a própria implementação de um Ministério específico de Esporte, por ser ele o responsável por gerir, propor e implementar as políticas públicas de esporte.

Saliento que vou trabalhar com uma linearidade histórica que se manifesta somente no sentido de uma organização de apresentação do referido trabalho, necessária para que possamos compreender como as coisas no presente passam a se constituir como tais. Ressalto que não vou atrelar-me ao sentido tradicional da história, que supõe uma verdade como eterna, um ponto de partida (origem), que perpassa por todo o tempo, como se fosse à procura da “essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo. (...) Procurar por tal origem é

⁷ Nessa perspectiva teórica governo se reporta às artes de governar. “Estas artes incluem, em sua máxima extensão, o estudo do governo de si (ética), o governo dos outros (as formas políticas da governamentalidade) e as relações entre o governo de si e o do governo dos outros.” (CASTRO, 2009, p. 193)

⁸ Governo é aqui utilizado com letra maiúscula para se referir a instituição do Estado que centraliza ou toma, para si, a caução da ação de governar. (VEIGA-NETO, 2005, p. 83)

tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, ‘o aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada a si (...); é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira”. (FOUCAULT, 1993, p. 17).

O tratamento que atribuo à história é sob um ponto de vista genealógico, ou seja, nele o sentido histórico reconhece que vivemos sem referências, que não temos coordenadas originárias, que vivemos em miríades de acontecimentos perdidos.

Dentro dessa perspectiva, para compreender o presente é preciso conhecer as condições de formação destes conceitos, teorias e ciências. Não se trata de reescrever o passado em termos do presente, aceitando como dadas às categorias de análises estabelecidas, é preciso, isto sim, restituir o jogo das interações que existem entre saberes e poderes específicos. Nessa acepção, ressaltar a historicidade dos fatos e das coisas é uma tentativa de entendimento de como elas acontecem, como se apresentam na sua singularidade, buscando enxergar seus estratos constitutivos, suas camadas que se relacionam, se cruzam, se dizem, se enunciam e se constituem.

Nesse mesmo sentido, Deleuze (1988, p. 58) atribui que Foucault espera da história uma noção muito própria, que “é esta determinação dos visíveis e dos enunciáveis em cada época”, ou seja, a maneira de dizer e a forma de ver, em cada período, que ultrapassa os comportamentos e as mentalidades, as idéias, tornando-as possíveis. Ainda, segundo Deleuze, “a História só responde por que Foucault soube inventar, sintonizando com as novas concepções dos historiadores, uma maneira propriamente filosófica de interrogar, maneira nova e que dá nova vida à História” (ibid, p. 59).

Atuando dessa forma, gostaria de destacar a própria implementação de um Ministério específico de Esporte, que passou a se constituir a partir de 1937 e que opera como uma instância estatal responsável por gerir, pensar e prover as políticas públicas de esporte. Essas políticas podem ser do tipo universalizantes, que são àquelas que visam ao atendimento de direito social envolvendo o conjunto da sociedade, sem definição ou especificação de um ou mais grupos. Tal advento pode ser exemplificado com o Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), que é um programa esportivo criado em 2003, que visa possibilitar o acesso ao esporte e ao lazer por parcelas significativas da população brasileira. Seus “objetivos centrais são ampliar, democratizar, universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010)

Temos também as políticas públicas de esporte caracterizadas como focais, que são àquelas dirigidas a uma camada específica da sociedade, que, entre outros argumentos, sustentam que as injustiças sociais só podem ser resolvidas se as parcelas menos favorecidas da população tiverem atendimento especial e “privilegiado”. É o que podemos verificar, por exemplo, nas políticas públicas de esporte dirigidas às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou de risco social, que podem ser consideradas como estratégias biopolíticas, que visam principalmente dominar, prevenir e/ou amenizar os pânicos urbanos, entendidos como esses fenômenos políticos que se formam à medida que se desenvolve o tecido urbano (FOUCAULT, 1993, p. 87).

Dessa forma, os processos de constituição de políticas públicas de esporte em geral, sejam as universalizantes ou mesmo as focais, com todas as condições de possibilidades que as rodeiam, podem ser consideradas como mecanismos biopolíticos,

operados no sentido de controlar a população e de gerenciar os riscos gerados por elas, agindo no sentido de garantir a segurança desses sujeitos envolvidos.

Essas políticas públicas são produzidas, a partir desse espectro do risco, uma série de estratégias, de mecanismos regulamentadores, que são àqueles que “agrupam os efeitos de massas próprios de uma população (...); uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos” (FOUCAULT, 2007, p. 297), estabelecidos no sentido de administrar e gerenciar tanto a conduta dos indivíduos como de governar as populações, garantindo a segurança das pessoas.

Temos, então, a produção de saberes, de verdades, com toda uma cadeia discursiva, que discorre sobre a presença do risco, do medo, produzindo discursos preconizando atributos e vantagens às pessoas que praticam esportes, ou seja, os esportistas são aqueles que aprendem a respeitar as regras, que não se envolvem com a criminalidade, ou mesmo a drogadição, que aprendem a aceitar as diferenças, a se sociabilizar, que tem uma melhor “qualidade de vida”, ou mesmo tantas outras práticas discursivas que contribuem na elaboração e na implementação de diversas políticas públicas estatais, que tem dentre seus objetivos a viabilização e a socialização do acesso às práticas esportivas.

Vemos, pois, no advento das políticas públicas, e aqui especificamente naquelas voltadas às práticas de esporte, a operacionalização de dois conjuntos de mecanismos de poder, um disciplinar e o outro regulamentador, que permitem a um só tempo atuar na ordem disciplinar do corpo e nos acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, ou seja, não se trata mais de considerar o indivíduo que se dedica à prática de esporte somente no nível do detalhe (poder disciplinar), mas mediante mecanismos globais, regulamentadores.

Esses dois conjuntos de mecanismos, um disciplinar e o outro regulamentador, são de níveis diferentes, logo não são excludentes, podem se articular, sendo que destaca-se aqui, a existência de uma elemento que vai circular entre eles, que é a norma, ou seja, a norma vai se aplicar a um só tempo, ao corpo que se quer disciplinar e à população que se quer regulamentar (FOUCAULT, 2005, p.288).

Tal afirmação é reiterada por Ewald (1993, p. 88), ao expressar que “não se deve confundir “norma” e “disciplina”. As disciplinas visam os corpos, com uma função de adestramento; a norma é uma medida, uma maneira de produzir medida. (...) O que caracteriza a modernidade é uma normalização das disciplinas”, sendo assim, podemos considerar as políticas públicas de esporte como estratégias de uma sociedade de normalização, visto que, transitam entre a disciplina do corpo e como uma biopolítica da população.

A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço. Ela é um tipo de organização social em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação (FOUCAULT, 2005, p.302).

Dessa forma, podemos compreender a trama, a tessitura, que compõem as políticas públicas de esporte, enquanto uma possibilidade bastante significativa de controle, de gerenciamento e, enfim, de um governo dos sujeitos e das populações, ou seja, elas podem ser consideradas como técnicas, tecnologia ou mesmo

estratégias de Governo que operam através de uma normalização das condutas dos envolvidos.

CONCLUINDO

Para finalizar o presente trabalho, gostaria de evocar novamente a figura do caleidoscópio, para tornar presente o princípio de não esgotamento de possibilidades, com o sentido de buscar outros espaços, com a idéia de continuidade, de viajar por outros horizontes. Nesse sentido é que me reporto às palavras de Santin (2007) ao apontar “que a melhor e mais eficaz conclusão seja aquela em que não se chega ao fim do caminho, mas aquela que constata que foi dado um ou vários passos e sugere que, amanhã, será preciso retomar o caminho para continuar a caminhada”.

Dentro dessa perspectiva, é que concluo o presente estudo, que teve como proposta problematizar o esporte enquanto um acontecimento contemporâneo, inserido em um sistema produtivo industrial, assim como tentando compreender como as políticas públicas de esporte são produzidas e gerenciadas, enfim, como elas operam enquanto procedimentos estratégicos de poder em uma arte de governar que vigora no mundo contemporâneo. Mas enfatizo que tais colocações configuram-se como algumas das muitas imagens possíveis dentro dessa moldura apresentada até aqui, ou seja, muitos outros horizontes serão buscados, muitos outros caminhos serão percorridos, assim como muitos outros desvios serão adentrados.

REFERÊNCIAS

ANGELO, M. **Biopolítica e sociedade de controle**: Notas sobre a crítica do sujeito entre Foucault e Deleuze. Disponível em www.revistacinetica.com.br/cep/miguel_angelo.htm. Acessado em 28/09/2009

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

_____. **Foucault sigue dando cátedra**. Disponível em <http://clarin.com/diario/2005/01/2008/index.htm>. Acessado em 08/11/2009

COHEN, J. J. **Pedagogia dos monstros** – os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

DELEUZE, G. **Foucault**. 1 ed. São Paulo. Brasiliense, 1988.

EWALD, F. **Foucault** - A norma e o direito. Lisboa: Veja, 1993.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **História da sexualidade 1** – a vontade de saber, Rio de Janeiro: Graal, 1999

_____. **Em defesa da sociedade**: São Paulo: Martins Fontes, 2005

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão 30 ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008

_____. **Nascimento da bioplítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008

MACHADO, A. **Poesias completas**. Disponível em <http://www.LibrosElectronicosGratis.com/>. Acessado em 26/05/2010

MELO, M. P. **Esporte e juventude pobre** – políticas públicas de lazer na vila olímpica da maré. Campinas: Autores Associados, 2005.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Disponível em <http://portal.esporte.gov.br>. Acessado em 30/04/2010.

MICHAELIS. **Minidicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2000.

SANTIN, S. **Esporte educacional: esporte na escola e esporte da escola**. Palestra proferida no XXVI Simpósio Nacional de Educação Física, Pelotas: 18 outubro 2007

SPINK, M. J. **Esterisco Estudo sobre tecnobiociências na sociedade**. 2003 Disponível em: ><http://www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/suor2.htm>< Acessado em 22 julho 2008.

VEIGA NETO, A. **Governo ou governamento**. Rio Grande do Sul: Currículo sem Fronteiras, v.5, n.2, pp.79-85, Jul/Dez 2005.

_____. **Biopolítica, Estado Moderno e inclusão na escola**. São Leopoldo, UNISINOS: Cadernos IHU em formação, ano 2, n.7, 2006. p.98-101. ISSN: 1807-7862.

CONTATO:

Autora: Rose Méri Santos da Silva

Endereço: Rua Casemiro de Abreu, 361 Pelotas (RS) CEP: 96077-040

E-mail: rose.meri@terra.com.br

Co-autora: Paula Henning

E-mail: paula.henning@ig.com.br